

**HABEAS CORPUS Nº 570.269 - DF (2020/0078805-5)**

**RELATOR** : **MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**  
**IMPETRANTE** : **DANIELLA VISONA BARBOSA**  
**ADVOGADO** : **DANIELLA VISONA BARBOSA - DF039410**  
**IMPETRADO** : **TRIBUNAL DE JUSTICA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITORIOS**  
**PACIENTE** : **JEFERSON JOSE CARDOSO SOUSA (PRESO)**  
**INTERES.** : **MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS**

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de JEFERSON JOSE CARDOSO SOUSA apontando como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios no HC n. 0727262-48.2019.8.07.0000.

Consta dos autos que o paciente foi preso preventivamente e condenado à pena de 31 anos de reclusão, em regime fechado, mais 115 dias-multa, pela prática dos crimes de organização criminosa, furto qualificado e lavagem de dinheiro, previstos no art. 2º, *caput*, da Lei n. 12.850/2013, no art. 155, § 4º, II e IV, do Código Penal (quatro vezes) e no art. 1º, § 4º, da Lei n. 9.613/1998 (cinco vezes) – e-STJ fl. 1.746.

Foi-lhe indeferido o direito de recorrer em liberdade, mantendo a Magistrada sentenciante a prisão preventiva.

Segundo a acusação, o paciente integra organização criminosa fortemente estruturada e voltada para a prática de crimes, especialmente de furtos mediante fraude bancária e de posterior lavagem dos valores provenientes das infrações. Confira-se a seguinte narrativa fática exposta no acórdão impugnado (e-STJ fl. 48):

*A fraude era consistente na execução por parte da vítima de um código malicioso enviado por SMS, o qual solicitava uma atualização de cadastro junto a instituição financeira. Dessa forma, a vítima era direcionada para uma página falsa do banco e nela inseria seus dados bancários e senha.*

*Obtidos os dados bancários da vítima, os criminosos acessavam as contas por intermédio do internet banking e realizavam transferências para “contas de passagem”. Depois, visando a lavagem de dinheiro obtido, recrutavam pessoas para fornecer cartões e senhas e, de posse destes, realizavam saque, pagamentos de boletos e simulavam compras por intermédio de máquinas de*

*cartão de comparsas ou de estabelecimentos comerciais coniventes com a prática delituosa, antes que as vítimas tivessem ciência da invasão de suas contas e pudessem realizar o bloqueio de eventuais transferência/pagamentos.*

*Em relação ao paciente, consta da denúncia que*

*“(...) o denunciado JEFERSON JOSÉ CARDOSO SOUSA exerceu papel importante no grupo pois era um dos responsáveis por obter os dados bancários das vítimas e executar, em concurso com outros membros, a subtração dos valores das contas. Além disso, como proprietário da empresa Top Madeiras, beneficiou-se diretamente com uma simulação de venda em sua empresa. Na coordenação e execução das subtrações ALESSANDRO e JEFERSON compartilhavam senhas da rede wi-fi deste e, ademais, por intermédio da empresa Top Madeiras, JEFERSON efetuava transações bancárias para a conta de ALESSANDRO. [...] – Grifei.*

Contra a constrição cautelar insurgiu-se a defesa. Entretanto, o Tribunal de origem denegou a ordem de *habeas corpus* nos termos da seguinte ementa (e-STJ fl. 46):

*Direito Penal e Processual Penal. Habeas corpus. Crimes de organização criminosa, de furto qualificado e de lavagem de dinheiro (art. 2º, § 3º, da Lei n. 12.850/2013; art. 155, § 4º, II e IV, do Código Penal (quatro vezes); e art. 1º, § 4º, da Lei n. 9613/1998 (cinco vezes). Prisão preventiva mantida na sentença condenatória. Pena privativa de liberdade de 31 (trinta e um) anos de reclusão, regime inicial fechado. Direito de recorrer em liberdade. Indeferimento. Fumus commissi delicti e periculum libertatis presentes. Garantia da ordem pública. Inaplicabilidade das decisões nas Ações Declaratórias de Constitucionalidade 43, 44 e 54 do STF. Impetração admitida; ordem denegada.*

No presente *writ*, a impetrante alega constrangimento ilegal decorrente do indeferimento do recurso em liberdade, sob o argumento de que a manutenção da prisão não foi concretamente fundamentada. Aduz que o decreto prisional e a sentença condenatória foram baseadas em premissas genéricas atribuídas a todos os acusados, carecendo da análise individualizada dos requisitos autorizadores do art. 312 do Código de Processo Penal.

Relata que foi interposta apelação criminal, mas ainda não foi designada data para a sessão de julgamento.

Destaca as condições pessoais favoráveis do paciente.

Preconiza que a custódia cautelar deve ser substituída por prisão

domiciliar, em razão da pandemia da Covid-19 que atinge o País e com base na Recomendação n. 62/CNJ.

Requer, liminarmente e no mérito, a revogação da segregação cautelar, de forma que o paciente permaneça em liberdade até o trânsito em julgado da condenação.

É, em síntese, o relatório.

A liminar em *habeas corpus*, bem como em recurso ordinário em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto.

Em juízo de cognição sumária, não visualizo manifesta ilegalidade no ato ora impugnado a justificar o deferimento da medida de urgência.

Não obstante os fundamentos apresentados pela defesa, mostra-se imprescindível uma análise mais aprofundada dos elementos de convicção constantes dos autos para aferir a existência de constrangimento ilegal.

Diga-se, ainda, que o exame da questão acerca do advento de fato novo pela pandemia de COVID-19 representa dupla supressão tendo em vista que nem o Juízo de piso nem o Tribunal de Justiça se manifestaram.

Vale mencionar que o Plenário do Supremo Tribunal Federal negou referendo à conclamação feita pelo Ministro Marco Aurélio no bojo da ADPF n. 347.

É de relevo pontuar, também, que o Poder Público não se quedou inerte diante da situação. O Conselho Nacional de Justiça já publicou a **Recomendação n. 62**, que adotou medidas preventivas contra a propagação da infecção pelo novo coronavírus (Covid-19) no âmbito dos sistemas de justiça penal e socioeducativo. O Ministério da Justiça e o Ministério da Saúde também publicaram a **Portaria Interministerial n. 7**, adotando uma série de medidas para o enfrentamento da situação emergencial.

Ante o exposto, **indefiro a liminar**.

Solicitem-se informações ao Juízo de primeiro grau – e o envio de

# *Superior Tribunal de Justiça*

cópia de outras decisões referentes à prisão cautelar do paciente – e ao Tribunal de Justiça, ressaltando-se que deverão noticiar a esta Corte qualquer alteração no quadro fático atinente ao tema objeto desta irresignação.

Requeira-se, ainda, senha para acesso aos andamentos processuais constantes do respectivo portal eletrônico, tendo em vista a restrição determinada pela Resolução n. 121 do Conselho Nacional de Justiça.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 02 de abril de 2020.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO  
Relator